

PAULO VEIGA E MOURA

A PRIVATIZAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA



Coimbra Editora

2004

Composição e impressão
Coimbra Editora, Limitada

ISBN 972-32-1280-3

Depósito Legal n.º 218 365/2004

Novembro de 2004

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	Págs. 9
------------------	------------

PARTE I

NA SENDA DE UMA CARACTERIZAÇÃO TIPOLÓGICA DA FUNÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I

A FUNÇÃO PÚBLICA NO QUADRO CONSTITUCIONAL

1. Administração Pública e Função Pública.....	17
2. A autonomia constitucional da Função Pública.....	41
3. A Função Pública enquanto conceito constitucional	44
4. A delimitação constitucional da Função Pública pelos conceitos de Fun- cionário e Agente	53

CAPÍTULO II

A FUNÇÃO PÚBLICA COMO RELAÇÃO DE EMPREGO DIFERENCIADA

5. A diferenciação decorrente da natureza jurídica da entidade emprega- dora	61
6. A diferenciação imposta pela natureza das funções exercidas.....	80

PARTE II

OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA FUNÇÃO PÚBLICA

7. O princípio da reserva de lei em matéria de bases do regime e âmbito da Função Pública	97
8. O princípio da igualdade no acesso à Função Pública.....	114
8.1. A igualdade enquanto princípio geral.....	114
8.2. O direito especial à igualdade no acesso à Função Pública.....	122
8.3. O princípio da igualdade retributiva.....	148
9. O princípio da dedicação exclusiva ao interesse público.....	160
10. O princípio da responsabilidade pessoal dos funcionários e agentes	175

PARTE III

A CONCEPÇÃO LEGAL E ESTATUTÁRIA
DO EMPREGO PÚBLICO

	Págs.
11. A tradicional sujeição da Função Pública a um regime estatutário.....	205
11.1. Modelos abertos e fechados de Função Pública.....	205
11.2. A situação jurídica dos funcionários e agentes.....	210
11.3. Direitos adquiridos ou direitos eternamente por adquirir?.....	213
12. As formas de constituição da relação de emprego com a Administração Pública.....	225
12.1. A nomeação como meio normal de constituição da relação de emprego público.....	228
12.2. O contrato administrativo de provimento enquanto instrumento limitado e excepcional de constituição de uma relação de emprego público.....	236
12.3. A natureza residual e excepcional do contrato de trabalho a termo resolutivo.....	242
12.4. A progressiva introdução do contrato individual de trabalho no seio da Administração Pública.....	257
13. Um regime pouco eficaz para as necessidades da Administração e nada estimulante para os interesses dos funcionários.....	261
14. Um regime claramente insuficiente em matéria de tutela judicial efectiva...	265
14.1. Os impulsos constitucionais em direcção à plenitude da tutela judicial.....	265
14.2. A tardia concretização legislativa do direito à tutela judicial efectiva.....	281
14.2.1. Consequências do atraso.....	281
14.2.2. Aspectos gerais do novo regime do contencioso administrativo.....	287
14.2.3. Aspectos particulares do contencioso da Função Pública.....	298

PARTE IV

A PRIVATIZAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA

15. As diversas acepções do termo “privatização”.....	327
16. As causas justificativas da privatização da Função Pública.....	329
17. A privatização no direito comparado.....	334
17.1. A privatização Italiana do emprego público.....	334
17.2. O regime dual Alemão do emprego público.....	347

<i>Índice geral</i>	459
	Págs.
17.3. A laboralização Espanhola do emprego público	353
17.4. O regime publicista Francês do emprego público	364
18. A progressiva privatização da Função Pública Portuguesa	374
19. Haverá limites à privatização da Função Pública Portuguesa?.....	380
19.1. O mito da eficácia — sua desmistificação!	381
19.2. Limites à privatização da Função Pública pelo recurso a formas de organização jurídico-privadas.....	389
19.3. Limites à privatização da Função Pública pelo recurso a formas de actuação jurídico-privadas	394
20. A modernização do estatuto da Função Pública — uma medida indispen- sável e acertada	405
Bibliografia	421